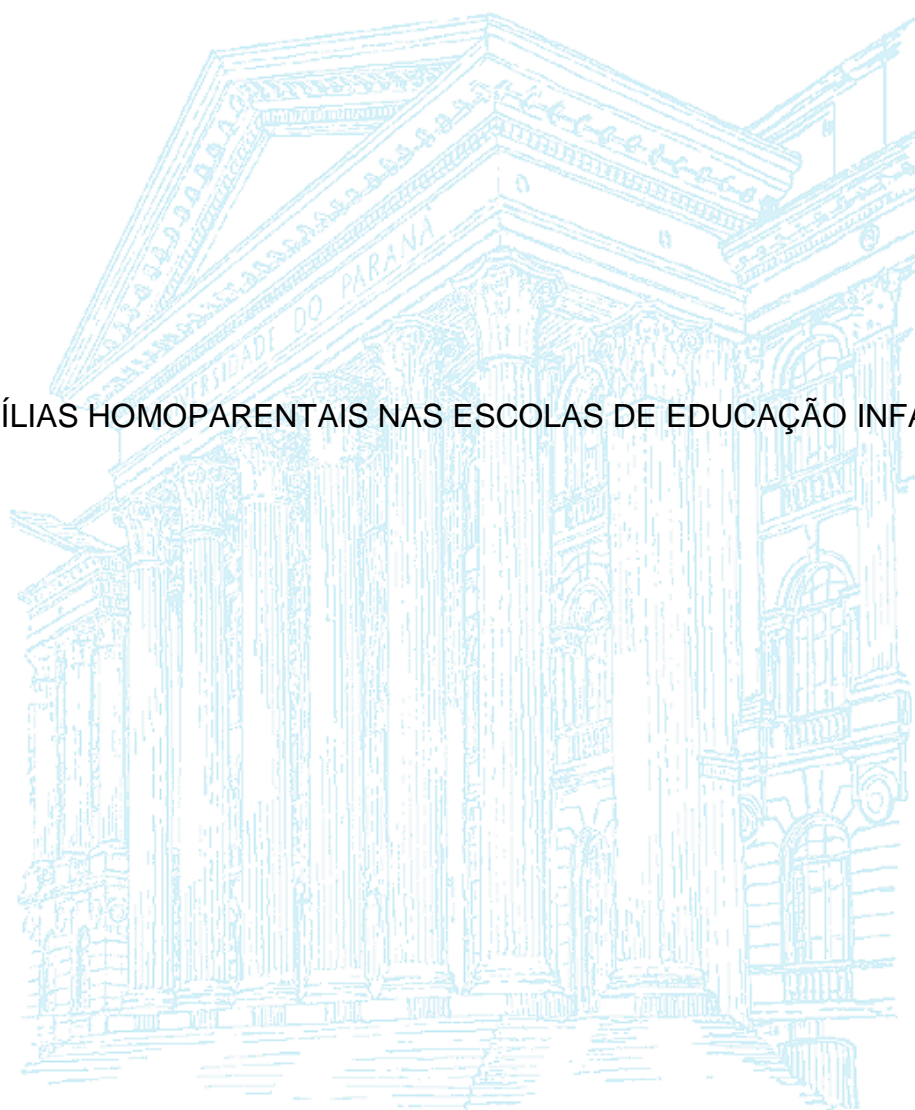


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA SABATINI QUINTAS

FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL



SÃO PAULO
2016

FERNANDA SABATINI QUINTAS

FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós- Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Dra. Martha Helena
Teixeira de Souza

SÃO PAULO
2016

FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Sabatini Quintas¹; Martha Helena Teixeira de Souza²

RESUMO:

O objetivo geral deste trabalho foi identificar como algumas escolas de Educação Infantil de São Paulo/SP estão lidando com as famílias homoparentais. Trata-se de pesquisa qualitativa com caráter descritivo, tendo sido realizada no período de setembro a novembro de 2015. As informações obtidas frente aos questionamentos desta pesquisa resultaram em quatro categorias temáticas, sendo elas: O preconceito nas escolas, os avanços no âmbito educacional, Interferências da mídia no debate da homofobia no meio escolar e O papel dos professores e da escola para vencer as barreiras do preconceito. Percebeu-se que as escolas de Educação Infantil estão com debates tímidos sobre o tema ou ainda inexistentes. A formação é um caminho necessário para a construção deste debate, pois há muito misticismo em torno do tema. Estudos aprofundados são necessários, pois a falta de informação ou mensagens errôneas formam barreiras que impedem a continuidade desse processo. Cabe à escola tornar-se um espaço para receber todos os tipos de família e contribuir para que as mudanças sejam positivas.

Palavras-chave: Homoparentalidade; Família; Educação Infantil; Diversidade.

ABSTRAT

The general propose of this study was to identify how some of the primary schools in São Paulo /SP are dealing with the homoparentais families. It is a qualitative research with a descriptive character that has been performed between September and November of 2015. The informations acquired face to the questions of this research resulted in four thematic categories, which are: Prejudice at schools, The advances on the educational scope, Interference from the media in the debate about homophobia in the school environment and The role of the teachers and the schools to overcome the barriers of prejudice. It was noticed that most of the primary schools has very reticent debates about the theme or almost inexistent ones. The continuous development is needed in order to build this debate, since there is still countless myths about this subject. Depth studies are necessary, because the lack of information or erroneous messages form barriers that prevent the continuity of this process. It is up to school to become a place to receive all kinds of family and contribute to the changes to be positive.

Keywords: Homoparenthood ; Family; Child education; Diversity.

¹ Pedagoga, Professora, especialista em Gestão Escolar, aluna da UFPR¹; fersabatini@gmail.com

² Enfermeira, Professora, Doutora em Ciências² marthahts@gmail.com

INTRODUÇÃO

Homossexualidade e identidade de gênero são temas por vezes pesquisados no campo da Psicologia, mas pouco explorados no campo da Pedagogia, no qual a relação social dos indivíduos começa. Durante muito tempo este tema tinha um olhar voltado para questões sexuais e há pouco, houve uma mudança, a qual passa a ser considerada também a questão comportamental atuante na sociedade.

As relações e constituições familiares ao longo dos anos apresentaram mudanças, pois há um tempo que a formação familiar deixou de ser aquela que conhecemos por “pai, mãe e filho” e vivemos num turbilhão de informações relacionadas a essas diferentes composições.

Barbosa (2007), ao se referir sobre o tabu desta questão “orientação sexual” salienta que esta questão no contexto escolar está envolvida em um véu de mistérios, culpas, dúvidas e repressões precisando ser trabalhada e desmistificada junto aos educadores.

Há muitos tabus em torno deste tema, sendo, por isso, muitas vezes, ignorado. Enquanto a homossexualidade e a identidade de gênero não envolviam crianças a escola de Educação Infantil ficou alheia a este assunto. Quintas (2011, p. 6) considera que “aos poucos alguns homossexuais começaram a ter filhos, por meio de inseminação artificial ou adoção [...], e muitos ainda têm filhos de casamento anterior e vivem junto com uma pessoa do mesmo sexo, levando seus filhos a terem uma família homoparental”.

A própria família tem dúvidas de sua identidade e de seu espaço no mundo, como conta Thammy Miranda no livro escrito por Marcia Zanelato (2015). Ela relata como foi a reação de sua namorada logo após sua cirurgia de mudança de sexo:

Thammy percebeu que a namorada estava estranha, mas foi uma surpresa quando a ouviu dizer que queria terminar [...] ‘- Thammy não sei se eu quero ter uma família diferente. Não sei o que vou falar pro meu filho... Não sei o que eu vou dizer na escola... Além do mais, eu namorava uma mulher. Mas agora você é um homem... Eu não sei mais o que eu sou. ’ [...] Foram, ao todo, três dias e meio de separação. Andressa decidiu que amava não um homem ou uma mulher, mas uma pessoa. Com suas questões, com seus medos, defeitos e grandes qualidades. [...] os dois estão juntos até hoje. (THAMMY; ZANELATTO, p. 191, 2015).

Quintas (2011) sugere ainda outras questões envolvendo a relação da escola com essas famílias, ressaltando que a homoparentalidade é um fato real. Sendo assim, como lidar com este tema no contexto escolar? Independente da aceitação ou não por parte das pessoas a homossexualidade existe e precisa ser tratada como parte da identidade das famílias.

Já existe formação de profissionais da área da educação para lidar com esta questão, mas como isso está sendo visto pelas unidades escolares? Famílias homoparentais têm visibilidade nas escolas de Educação Infantil em São Paulo/SP? Como o assunto é tratado? Esses e outros questionamentos foram a base para esta pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar como algumas escolas de Educação Infantil de São Paulo/SP estão lidando com as famílias homoparentais. A importância deste estudo envolveu a valorização das diferentes composições familiares, bem como a relação destas famílias com a construção da identidade da criança. É preciso levar o olhar pedagógico a estas questões dentro do ambiente escolar desde o momento da matrícula ao recebimento destas crianças nos espaços escolares. Identificar como essas relações estão estabelecidas no ambiente escolar, de forma a identificar possíveis mudanças para aprofundamento do tema.

Segundo Pinheiro (2008) é na escola que muitos conceitos previamente apreendidos em casa se consolidam, os papéis de gênero passam a ser ainda mais demarcados e a discriminação se consolida.

Este artigo pode ser um disparador para escolas que ainda não sabem como estudar sobre o tema e formas para debatê-lo nos espaços escolares junto aos profissionais.

METODOLOGIA

Considerando que este estudo visa identificar como algumas escolas de Educação Infantil de São Paulo/SP estão lidando com as famílias homoparentais a abordagem qualitativa com caráter descritivo, pareceu-nos a mais conveniente.

Conforme Pope e Mays (2009), a pesquisa qualitativa, está relacionada aos significados que as pessoas compreendem este mundo. Proporciona ao pesquisador a possibilidade de tentar compreender a maneira como as pessoas pensam e reagem diante das questões focalizadas, auxilia o investigador a conhecer a dinâmica e a estrutura da situação estudada do ponto de vista de quem a vivencia ajuda a compreender melhor a distância entre o conhecimento e a prática, colabora na compreensão dos sentimentos, valores e atitudes e temores das pessoas, explicando suas ações diante de um problema ou situação (MERIGUI, PRAÇA, 2003).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que o maior interesse é transmitir o sentimento por quais essas famílias passam na vida real nos espaços escolares e ainda dos educadores e profissionais envolvidos. Para tanto não é necessária quantidade de entrevistados, mas qualidade nos relatos.

É uma pesquisa exploratória, pois seu objetivo é tornar o problema explícito, fazendo uma relação com a teoria (levantamento bibliográfico), por meio de entrevistas com pessoas que vivenciam ou vivenciaram o problema.

O instrumento escolhido para a realização desta pesquisa foi entrevista não estruturada, sendo uma forma de estabelecer vínculos entre o entrevistador e o entrevistado, a fim de observar detalhes que não seriam possíveis por meio apenas de questionários.

O estudo teve início quando o sujeito foi convidado a contribuir nas entrevistas para elaboração de um trabalho acadêmico para modificar a realidade a fim de melhorá-la. A reação do indivíduo perante o convite foi um dado importante, pois a resposta positiva ou não, acompanhada de uma justificativa ainda que verbal, carrega imensos significados. A pesquisa, portanto, foi realizada no período de setembro a novembro de 2015.

Entrevistar uma pessoa sobre seus princípios e sentimentos é algo delicado e foi feito com muita responsabilidade, pois o mais importante deste trabalho foi todo o processo e o significado que está nas entrelinhas.

Visando o anonimato dos entrevistados, estes serão identificados, ao longo do texto por “Família” seguida da letra correspondente no momento da entrevista (Família A B e C) e Professor (a) seguido, da mesma forma, pela letra de sequência.

Os resultados foram analisados seguindo as orientações metodológicas de Minayo (2010) que preconiza os seguintes passos: a ordenação dos dados coletados (transcrição, organização dos relatos, leitura e releitura do material); a classificação dos dados (leitura exaustiva e repetida dos textos, constituição de um ou de vários *corpus* de comunicação se o conjunto das informações não for homogêneo, leitura transversal com o recorte de unidade de registro e enxugamento da classificação por temas mais relevantes); e a análise final (levando em conta os objetivos da pesquisa e os temas que emergiram das entrevistas). Após a concretização deste processo, realizaremos uma discussão dos achados, a aproximação com a literatura já existente e pertinente à temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo participaram três famílias e quatro professoras. 80% das famílias são de São Paulo – SP, 10% de Santo André - SP e 10% São Bernardo do Campo - SP. O perfil sócio econômico de 80% está entre três a cinco salários mínimos e 20% com mais de dez salários mínimos. As profissões das integrantes das famílias são: Médica, Professora de Educação física, Coordenadora de Produção Cultural, Psicóloga, Agente de Saúde e Empresária. Suas idades variam entre 28 e 37 anos. 70% dos filhos são biológicos de uma delas de relacionamento anterior, 20% são fruto de fertilização e 10% são filhos adotivos.

As professoras são 90% de São Paulo – SP e 10% de Santo André – SP. O perfil socioeconômico de todas está entre três a cinco salários mínimos. 90% tem pós-graduação na área da educação e 10% Pedagogia. Suas idades variam entre 27 e 39 anos.

O processo de convite aos entrevistados foi intenso, pois sendo difícil encontrar pessoas dispostas a exporem seus relatos, o que mostra mais uma vez a clandestinidade em que vivem essas famílias e como isso pode ser negativo para a identidade dessas crianças. “A clandestinidade na qual se mantém boa parte das famílias homoparentais sem dúvida gera sofrimento para seus membros e, nesse caso, as crianças são as maiores vítimas.” (PASSOS, 2005).

Durante a elaboração deste trabalho ocorreu a aprovação do Estatuto da Família (PL 6583/13), o qual reconhece “a entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. Esta aprovação gerou polêmicas discussões no âmbito público, redes sociais e mídias. Muitos membros da comunidade LGBT se uniram para lutar contra esse Projeto de Lei.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em 2011, a união estável para casais do mesmo sexo e ainda “após a decisão do STF, a quem cabe interpretar a Constituição, Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2013, proibiu que cartórios de todo o Brasil se recusassem a celebrar casamentos civis de casais do mesmo sexo. O deputado ressaltou que as crianças adotadas por casais homoafetivos serão prejudicadas pelo Estatuto da Família” (BACELAR, 2015).

Esta decisão gerou protestos e exposição por parte das famílias que divulgaram vídeos públicos com a expressão: “#nossafamíliaexiste, #somosfamília”, entre outras manifestações. Foi possível visibilizar publicamente que famílias homoparentais não são poucas e que estão espalhadas por todo Brasil, porém relatam que ainda são muito discriminadas, inclusive na legislação, e sentem preconceitos da sociedade.

Frente a estas situações, questiona-se: E a escola? Qual o papel da escola diante desta realidade?

As informações obtidas frente aos questionamentos desta pesquisa resultaram em quatro categorias temáticas, sendo elas: o preconceito nas escolas, os avanços no âmbito educacional, Interferências da mídia no debate

da homofobia no meio escolar e O papel dos professores e da escola para vencer as barreiras do preconceito, as quais serão debatidas a seguir.

O preconceito nas escolas

A escola é um espaço onde ainda ocorre muito preconceito. Através dos depoimentos observam-se essas situações.

“A escola deles tem conhecimento de nossa composição familiar e notamos que lidam de forma natural. Eles entraram esse ano na atual escola em que estudam e todos nós fomos muito bem acolhidos. A escola em que eles estudaram no ano passado, sofremos um pouco de preconceito (conversas e fofocas entre professores, como a cidade aqui é pequena, ficamos sabendo de tudo), por esse motivo trocamos de escola. Nesta escola não sentimos diferença em relação às demais famílias, pelo menos até agora. Também não sentimos diferença nas relações com outras famílias.” (Família A).

O relato acima demonstra que as relações ainda são um tanto conturbadas, mas por motivos de âmbito pessoal, questões de foro íntimo, o que não deveria intervir no trabalho dos profissionais da educação; pois somos seres únicos e nossas opiniões não estão restritas, a livre expressão é possível e legal, mas a ética deve ser garantida.

Infelizmente os profissionais da educação também não foram solícitos com esta pesquisa e poucos quiseram participar. Porém, as quatro professoras participantes relataram que o tema é pouco ou nada discutido nas escolas:

“Nas escolas que trabalhei, este tema nunca foi discutido, mas tenho propostas para o próximo ano. Este tema: “Educação na diversidade” ainda é polêmico. Existe resistência de muitos professores, principalmente os protestantes. Estamos vivendo uma nova era onde é preciso levar para dentro das escolas, principalmente de Educação Infantil, o respeito e o direito de ser feliz da maneira que quiser e não seguir padrões impostos, ditos “tradicionais”. (Professora B).

“Nas escolas que trabalhei esse tema foi discutido algumas vezes, mas apenas no sentido de ter cuidado no Dia das Mães e Dia dos Pais, pois tem crianças que não moram ou não possuem esses entes. Sobre o tema “Educação na diversidade”, digo que é de grande

relevância e precisa ser abordado, discutido, planejado e colocado em prática nas escolas brasileiras, afinal, um país de tanta diversidade precisa educar, de fato, na diversidade, sem preconceitos, sem julgamentos e formando seres que cresçam com uma mente justa e que evite as tragédias que vemos constantemente”. (Professora A).

“Infelizmente este tema não é tratado, apenas é pedido que levemos em conta a realidade do educando para planejamento de nosso trabalho.” (Professora D).

O tema necessita ainda de muita visibilidade, mas se há profissionais que se preocupam com esta questão, porque há poucas ações na prática? As questões religiosas muitas vezes se sobressaem às questões políticas e o campo tanto científico, como político fica prejudicado, já que há necessidade de políticas públicas sobre estas e outras temáticas envolvendo a comunidade LGBT e nem sempre a laicidade é garantida nas ações dos governantes, o que gera outras polêmicas.

Maria Rita de Assis César (2009) comenta sobre a dificuldade de desenvolver temas como estes os espaços escolares:

Os limites do discurso do sexo são marcados por sua percepção naturalizada, a-histórica e conseqüentemente imutável. Nessa perspectiva o sexo está confinado a sua percepção biológica, delimitando uma fronteira entre os sujeitos, masculino/feminino, heterossexual/homossexual e normal/anormal. Conta isso a teoria *queer* de currículo e outras teorizações também baseadas nas teorias pós-estruturalistas trazem à tona uma discussão sobre os limites desse modelo de construção de conhecimento, demonstrando que o sexo, corpo e o próprio gênero são construções culturais, determinadas pelos limites do pensamento ocidental moderno. (CÉSAR, p. 26, 2014).

A barreira do preconceito pode ser derrubada com um currículo diversificado e que construa espaços de discussão e expressão, de forma que professores e alunos possam debater abertamente conceitos científicos e sérios, pertinentes ao cotidiano escolar.

O limite entre o ‘normal’ e o ‘anormal’ é tênue o que leva muitos a agirem de forma equivocada e preconceituosa, por padrões outrora estabelecidos.

Nishiyama; Schneider; Signorelli (2015) consideram que quem determina os padrões de beleza ou se uma pessoa é deficiente ou não, é a sociedade. Algumas diferenças poderiam ser apenas ‘variação’, mas são consideradas como ‘deficiência’, junto vem uma carga de estigmas e preconceitos. Convivemos com

muitos padrões normativos de comportamento, como deve ser o corpo, como devemos agir, o que sentir, a quem amar etc.

Os avanços no âmbito educacional

Em Lisboa há um projeto intitulado “Educar para a diversidade”, onde citam que a razão mais forte para escolas lidarem com questões como orientação sexual e identidade de gênero de forma clara é que são os próprios jovens que pedem. O silêncio sobre este assunto já é um manipulador de valores. Os valores que devem ser considerados pela escola são os que afirmam o respeito ao próximo, por seus interesses e sentimentos, inclusive com suas diferenças.

O Referencial Curricular Nacional (1998) coloca como conteúdo básico da educação infantil a função social e pessoal e conhecimento de mundo.

O artigo 1º da LDB 9.394/96 (1996), da Educação, apresenta “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”.

Algumas escolas aqui do Brasil já apontam mudanças em sua postura frente a este tema, pode-se observar isso através de algumas ações.

“A escola deles (nossos filhos) tem conhecimento de nossa composição familiar. Nunca fomos tratados de forma diferente das outras famílias, o que é ótimo, já que no fundo não somos. Não há diferença no tratamento, é o mesmo. Nem gostaria que fosse diferente. Em relação às outras famílias, todos sabem e até hoje fomos muito bem acolhidos; não houve até agora nenhum tipo de discriminação. Há na escola outras famílias como a nossa e inclusive a escola teve a delicadeza de extinguir as celebrações de dia das mães/ dia dos pais e substituir pelo dia da família em função das diferentes composições familiares. Na escola anterior da minha filha, que era uma EMEI isso também já acontecia. Acredito que o movimento das escolas é favorável, apesar de todos os contratempos”. (Família B).

Este relato salienta que a escola está avançando nas discussões sobre o tema da homoparentalidade. Este tema já foi abordado inclusive nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997), o qual esclarece que o objetivo deste

documento é promover reflexões e discussões no âmbito escolar com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica para o desenvolvimento dos alunos, respeitando os direitos humanos.

Segundo Rossi (2014) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) trazem o início da discussão deste tema nos espaços escolares, sendo que o caderno de orientação sexual foi um importante documento que antecedeu o Programa Brasil sem Homofobia:

Lançado em 1997, é um dos primeiros documentos do Ministério da Educação (MEC) que contém orientações para o sistema de ensino sobre as temáticas de gênero e sexualidade como uma forma de expressão sexual, possibilitando a interpretação de que a heterossexualidade não é a única forma de expressão sexual. (ROSSI, p. 117, 2014).

Este tema gerou debates nos espaços escolares, mas em pouco tempo não passou de mero “tema para constar” o que não trouxe mudanças efetivas nos currículos. O movimento LGBT nunca deixou de persistir na luta pelo espaço deste tema na educação de forma efetiva.

Rossi (2014, p. 119) considera que em resposta a essa demanda o Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de combate à violência e discriminação contra a população GLTB e de promoção da cidadania homossexual (BSH), surge como o primeiro programa governamental criado junto com o movimento LGBT visando minimizar os preconceitos.

Essas ações são parte do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal a fim de acabar com a homofobia no Brasil. Parece um tanto utópico, mas essa citação foi retirada de um livro oferecido no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola, o que mostra que um dos objetivos, que é investir na formação de profissionais da educação e comunidade, está sendo contemplado.

Rossi (2014, p. 123) ainda aponta que com base nestes princípios o MEC elaborou e implementou o combate à homofobia no âmbito educacional no Brasil. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) foi o setor responsável pela elaboração e execução de políticas para contemplar o Programa BSH.

Interferências da mídia no debate da homofobia no meio escolar

Nunan (2003) aponta que meios de comunicação em massa, principalmente no Brasil, onde a cultura da mídia foi cultivada muito fortemente desde a época do rádio e principalmente depois da chegada da televisão, têm um enorme poder de modificar crenças e culturas, de estimular debates e diálogos francos sobre qualquer tema, incluindo a sexualidade. No entanto, apesar de notarmos uma maior presença de homossexuais na mídia nos últimos anos, isso não tem se traduzido, necessariamente, em uma melhoria das condições de vida de gays e lésbicas.

Em suma, apesar de a homossexualidade ainda ser frequentemente tratada na televisão brasileira de maneira estereotipada ou excessivamente cuidadosa (atenuando a realidade gay, para não “chocar” os telespectadores), a iniciativa de determinados autores para dar maior visibilidade aos homossexuais não deve ser menosprezada, sobretudo se levarmos em conta a ampla difusão que as novelas têm em nossa sociedade. (...) A visibilidade dos gays aumentará não só com uma maior exposição na mídia, mas também como uma consequência direta dos ganhos obtidos pelo movimento homossexual. (NUNAN, 2003.)

As famílias falaram um pouco sobre suas opiniões em relação à exposição destes temas na mídia e de modo geral consideram positiva essas abordagens *“As pessoas precisam compreender e entender que somos um casal como qualquer outro, pode ser bom ou ruim depende da maneira como é tratado, e a mídia tem colaborado para isto”* (Família C).

De qualquer maneira, ao discutir estas questões percebe-se que a visibilidade do tema que tem sido trazido atualmente pela mídia (notícias, novelas, propagandas, entre outros) demonstra que estas famílias existem.

As professoras também deram sua opinião sobre a influência da mídia: *“Apoio o fato de as mídias levantarem esses temas como direitos iguais nas questões de gênero, sexualidade, casamento e adoção, até porque minha família é homoafetiva.”* (Professora A).

“Acho produtivo o fato de as mídias falarem sobre esses temas pelo lado de ampliar a visibilidade e conseqüentemente o debate sobre os mesmos, possibilitando conscientização; por outro lado, muitos líderes (principalmente religiosos) usam

essa mesma mídia para mobilizar grupos a lutar contra a tolerância e acabam incitando o desrespeito e falta de amor ao próximo. ” (Professora B).

Pode-se notar que os meios de comunicação exercem o poder de formar opiniões, sendo a escola responsável por encaminhar estas questões junto aos educadores, funcionários e famílias de forma que sejam refletidas e menos manipuladas. Quintas (2011, p. 12) aponta que o professor transmite valores o tempo todo, portanto é de suma importância que este profissional esteja constantemente em formação e estudo e que busque leitura e participe de discussões acerca do tema para que saiba lidar com os questionamentos tanto dos alunos como de suas famílias em seu cotidiano.

A exposição do tema nas mídias televisivas e redes sociais podem agregar quando o objetivo é ampliar a visibilidade e o debate, mas pode ser negativa quando veiculada de forma preconceituosa, segregada e tendenciosa. Alguns canais apresentam o tema de forma apelativa, escandalosa e que nem sempre condizem com a realidade. É preciso critério para avaliar um conteúdo veiculado por emissoras que visam audiência acima da verdade.

Por outro lado, os meios de comunicação favorecem a aproximação de pessoas com interesses em comum e as redes sociais possibilitam esses encontros. A TV e a internet se apresentam como ‘vilões’ e ‘mocinhos’, a diferença está na forma de utilização e na responsabilidade de quem faz as publicações.

Foucault (1993) refere que em textos, cartas, biografias e diários as pessoas revelam muito mais de si. Isso ocorre também nos dias de hoje através do uso da Internet como ferramenta de comunicação. A historiadora Margareth Rago (2010) fala sua opinião sobre isso numa entrevista concedida a Revista do Instituto Humanista Unisinos, por Márcia Junges:

Há uma discussão grande sobre essa nova forma de “intimidade pública”, que é realmente um paradoxo. Por que se tem essa necessidade tão forte de expor o próprio “eu”? Por que é preciso aparecer em blogs, sites de relacionamento, muitas vezes, em situações bastante íntimas, até sem roupa? Isso é, de certa forma, carência e solidão. Se você precisa se expor de qualquer jeito a qualquer custo, é porque sente que não está sendo visto. (JUNGES, 2010).

Mas afinal, o que a homossexualidade e a escola têm haver com esse universo “on-line”? Tudo. A Internet passou a ser um importante meio de comunicação entre as pessoas e o ambiente virtual ainda possibilita uma expressão mais livre e como disse Foucault, mais verdadeira. A cada dia se torna mais comum as pessoas se conhecerem através destes sites de relacionamentos o que se tornou um aliado ao “mundo homossexual”, já que é mais fácil encontrar pessoas com interesses comuns.

As famílias homoparentais, muitas vezes por não encontrarem espaço de expressão, utilizam destas ferramentas na busca de conhecer outras famílias com a configuração em comum, para trocarem experiências, mas será que a escola não seria ainda o local mais adequado para “troca entre famílias”? Pelo menos deveria ser. Sugere-se que para haver trocas entre famílias no espaço escolar, primeiramente é preciso quebrar os tabus que envolvem o tema da sexualidade nos dias de hoje e as composições familiares na contemporaneidade, para isto a postura do educador é fundamental (PCNs, 1997).

O papel dos professores e da escola para vencer as barreiras do preconceito

Quando o assunto é a vida escolar de seus filhos suas preocupações ficam claras:

“Primeiramente os professores devem quebrar qualquer tipo de preconceito que tenham para depois promover atividades de respeito ao próximo com os alunos e frisar sempre esse assunto, como incluir também trabalhos, projetos para que as famílias participem e interajam. Modéstia à parte, acredito que nossa família deveria ser exemplo para muitas outras”. (Família A).

A escola pode ter um papel fundamental de combate ao preconceito, acolhendo a todos sem distinção. “A escola pode informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa.” (PCNs,1997).

Aquino (1997) fala da importância desse acolhimento que deve ocorrer das famílias nas escolas:

A família como sistema humano é composta por pessoas que possuem potenciais e possibilidades à espera de realização. São dotados de talentos e dons, em permanente estado de manifestação. Criam a própria vida com base em crenças que são produtos de sínteses e redefinição do passado com a ante-visão consciente e inconsciente do futuro. Somos todos responsáveis por nossa vida e capazes de modificá-la quando quisermos. Perante a criatividade somos todos iguais: empreendemos, criamos, administramos, modificamos, aperfeiçoamos, lideramos, inovamos, compartilhamos, trocamos semelhanças e diferenças.

Pensar em sexualidade, família e educação saudáveis é poder conjugar todos esses verbos, poder realizar todas essas ações, poder sentir todas essas emoções.

A escola é um espaço público para esse exercício, devendo, portanto, acolher a família. (AQUINO, 1997, p.84)

Ainda no que se refere ao preconceito e o papel da escola, uma das famílias que participaram deste estudo ressaltam o papel do professor neste assunto:

“Que os professores sejam profissionais, que façam o trabalho de educadores. Eu sei que estamos num meio imensamente privilegiado neste sentido visto que meus filhos estudam numa escola Waldorf, que por si só é um modelo de escolarização que visa a inclusão de uma maneira geral. Mas, olhando para a experiência que tivemos na escola pública percebo que o movimento da sociedade caminha para a compreensão e quem sabe no futuro tenhamos menos dificuldades de inserção e sejamos vistos como a escola atual nos vê: cada um com suas particularidades, mas todos iguais.” (Família B).

As professoras A e B nunca tiveram alunos com famílias homoparentais, mas acreditam estar preparadas para essa experiência, porém concordam que muitos colegas de trabalho ainda não estão, por carregarem opiniões pessoais sobre o tema e não separarem do comportamento profissional. Acreditam na importância de investimento em formação voltado aos educadores fortalecendo a importância da criança ser criada em um lar onde haja amor e respeito, independente de sua composição e que esta educação transpareça nos espaços escolares, assim como na sociedade num geral.

“Acho natural a existência de famílias diversificadas, pois vivemos numa sociedade diversificada e as famílias são o espelho dessa sociedade.” (Professora B).

Uma das professoras tem um aluno com duas mães e expõe:

“Para mim são famílias como qualquer outra, pois o que define uma família é o amor. O que infelizmente as difere é a discriminação por elas sofridas por parte de pessoas intolerantes.” (Professora D).

Uma das discussões nos debates políticos considera que a escola não é espaço para tratar de temas como estes, mas se considerarmos que tudo isso faz parte da sociedade e de nossa formação enquanto indivíduos e ainda que a escola é parte da sociedade e o primeiro espaço fora dos lares onde ocorre as relações sociais, ora, porque não desenvolver de forma adequada e natural, contribuindo na formação integral dos indivíduos? Sim, escola é espaço de formação sobre identidade de gênero e sexualidade.

“O professor deve ter o cuidado para que seus princípios não sejam entendidos como verdade absoluta para que o educando tenha a possibilidade de formar seus próprios valores”. (PCNs, 1997).

As famílias relatam que já conversam com seus filhos sobre estes temas, mas claro, de forma adequada conforme a faixa etária, interesse e curiosidade.

“Por enquanto as conversas ficam no contexto de: famílias às vezes têm duas mães, dois pais, um pai e uma mãe, um pai, uma mãe, uma avó, etc. Eles tem 3 e 5 anos e conversamos com eles a medida que surgem questões. Não acreditamos que haja idade ideal para se tratar sobre esse assunto, as conversas se dão na medida em que nasce a curiosidade neles, de forma natural e nada imposto.” (Família B).

Ao pedir que definissem sua família em três palavras, as respostas foram: *“Amor, respeito e felicidade.”* (Família A). *“Nossa família não se define em três palavras, mas em uma frase: Estamos sempre juntos (no sentido amplo da frase).”* (Família B). *“Amor, união e respeito”.* (Família C).

Este tema ainda tem muito que ser discutido e pesquisado, pois carrega conceitos errôneos e diversos. É importante que as pessoas ampliem sua visão sobre a questão, pois independente de aceitarem ou não a homossexualidade existe e profissionais de educação precisam levar aos seus alunos acima de tudo o respeito ao próximo. A formação dos profissionais de educação se faz

necessária constantemente, para ampliar seus horizontes e conhecimentos em relação a temas da atualidade.

Freitas (2011) salienta que não é possível calar diante das injustiças e preconceitos com que indivíduos são tratados socialmente por apresentarem uma identidade que não corresponde aos ideais preconcebidos, aceitos e reproduzidos socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “Famílias Homoparentais nas escolas” foi escolhido por ser uma problemática pouco discutida nos espaços educativos e considerando que estas famílias são cada vez mais visíveis.

Nota-se que as escolas de Educação Infantil estão com debates tímidos ou ainda inexistentes. A formação é um caminho necessário para a construção deste espaço, pois há muito misticismo em torno de assuntos que envolvem homossexualidade, gênero e diversidade. É importante que pesquisas sobre o tema sejam realizadas, pois a falta de informação ou errôneas são barreiras fortes, quase palpáveis que impedem a continuidade desse processo.

Este assunto envolve questões morais e essas são difíceis de serem modificadas, mas possíveis de serem reconstruídas. Os padrões de normalidade podem ser revistos para que haja maior aceitação do outro.

A educação tem ainda um longo caminho até atingir a meta do Programa Brasil sem Homofobia, mas está seguindo para a transformação. Essas mudanças dependem de ações de pessoas engajadas nesta luta, muitas delas membros da comunidade LGBT e profissionais comprometidos com a educação integral dos indivíduos.

A mídia pode ser um agente colaborador neste processo, mas vai depender do professor e dos gestores levar esses temas ao debate e incluí-los nos Projetos Políticos Pedagógicos de suas escolas.

É importante quebrar paradigmas que envolvem este tema e respeitar a laicidade do Estado, quando se trata de instituições públicas, e a ousadia de gestores dos espaços privados para defender o mesmo. Cabe à escola tornar-se

um espaço para receber todos os tipos de família e contribuir para que as mudanças sejam positivas.

REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro Eduardo Silva. **Histeria e gênero**. São Paulo: nVersos, 2014.

AQUINO, Ítalo de Souza. **Como escrever artigos científicos: sem “arrodeios” e sem medo da ABNT** – São Paulo : Saraiva, 2010.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Temas transversais: como utilizá-los na prática educativa?**, Curitiba: Ibpex, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de primeira a quarta série**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Vol.01/08-. 1/10.1/10.2.

BRASIL. Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto do Governo**, Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 09 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Câmara aprova Estatuto da Família formada a partir da união de homem e mulher. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>. Acesso em: 09 dez 2015.

DAHÁS, Nashla; SANTOS, Joice (Org.). **DOSSIÊ Homossexualidade – O desejo de ser livre**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, nº 119. Agosto de 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1993.

JUNGES, Marcia; **A dissolução da identidade** – Entrevistada: Margareth Rago; Revista do Instituto Humanistas Unisinos; Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3340&secao=335 Acesso em: 09 dez 2015;

MIRANDA, Thammy; ZANELATTO, Marcia. **Thammy – nadando contra a corrente**. Biografia, 1ª edição, Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**, Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PASSOS, Maria Consuelo, **Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Acesso em: 09 dez 2015.

PINHEIRO, Mariana Von Oertzen de Albuquerque. **Duas mães: Um estudo sobre a homoparentalidade feminina nas camadas médias cariocas**.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

QUINTAS, Fernanda Sabatini. **Educando na Diversidade – Famílias homoparentais na Escola**. Centro Universitário UNINTER – Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, 2011.

SCHNEIDER, Daniele; SIGNORELLI, Marcos Claudio; NISHIYAMA, Tieme Carvalho. **Igualdade para quem? Gênero, sexualidade e pessoas com deficiência**. In: Marcos Claudio Signorelli; Tainá Ribas Mélo. (Org.). *Diversidade, inclusão e saúde: perspectivas interdisciplinares de ação*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, v. 1, p. 115-130.

SILVA, Rita Paulos. **Educar para a diversidade – Um guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**. Soc Tip S.A., 2005.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000200006&script=sci_arttext Acesso em: 09 dez 2015.